



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**EMPRESA:** **PROSPER COMERCIO ATACADISTA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E ILUMINACAO LTDA**

Processo: 06907/2024 (Flowdocs).

Processo Licitatório: 012400/2023

Referente ao:

**PREGÃO Nº 021/2024**

**DATA DA ABERTURA:** 20 de maio de 2024

**HORÁRIO:** 14:00

**OBJETO:** *FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS*

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para REGISTRO DE PREÇO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.584 de 01 de dezembro de 2022, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 30/04/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 01/05/2024, além de ficar disponível para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>) e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA TEMPESTIVIDADE**

O pedido de impugnação foi feito pela empresa PROSPER COMERCIO ATACADISTA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E ILUMINACAO LTDA foi recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 14 de maio de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 06907/2024 (Flowdocs).

**DO PEDIDO**

Inicialmente, a Impugnante inicia o recurso no item 1, fundamentado no Artigo 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, citando o item 21 do edital.

Em seu item 2, do Direito, a *IMPUGNANTE* informa os princípios que norteiam o procedimento licitatório, citando o artigo 37 da Constituição Federal, juntamente com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, informando, ainda, que visa “evitar que a Administração Pública infrinja o Princípio da Ampla Concorrência, da Legalidade, da Eficiência, da Impessoalidade e da Igualdade, ao impor condições violam a ampla concorrência e que se continuados poderão afrontar sobremaneira os pressupostos legais insertos na Lei nº 14.133”.

Em seu item 3, das solicitações, no subitem 3.1 a *IMPUGNANTE* solicita a “ALTERAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA PARA 30 (trinta) DIAS, NOS ITENS DE LUMINÁRIAS DE VIA PÚBLICA DE LED”, explicando os motivos da solicitação: “a fabricação das luminárias públicas de LED é um processo de alta complexidade; que não são produtos prontos para uso imediato e demandam um cuidadoso processo de fabricação; os componentes eletrônicos utilizados nas luminárias são em sua maioria importados e específicos para diferentes situações de aplicação; o tempo de transporte excede o prazo estipulado neste edital; é importante levar em consideração os desafios logísticos e geográficos envolvidos no processo de transporte”, além de informar que se o prazo não for alterado, “somente terá como objetivo diminuir a concorrência do certame e depender de decisões jurídicas onde somente atrasaria ainda mais o processo em um todo”, solicitando a retificação do edital.

Continuando no item 3, o subitem 3.2, a *IMPUGNANTE* solicita a alteração do edital para aceitação de luminárias de via pública com lente em vidro plano temperado, informando que tal exigência é restritiva e se opõe a legalidade e aos princípios da licitação pública, impedindo que a disputa seja ampla, informando que o município se baseia no padrão do projeto procel reluz e que isso minimiza a competição e faz constar editais e termos de referências de alguns municípios que utilizam o mesmo projeto, para embasamento do exposto pela impugnante pertinente a este item, solicitando que sejam aceitas também, LUMINARIAS COM LENTE EM POLICARBONATO e REFRATOR SECUNDÁRIO DE VIDRO PLANO TEMPERADO.

Ainda na continuação do item 3, o subitem 3.3, a *impugnante* solicita a alteração no edital para incluir no descritivo a exigência da norma técnica inmetro e os ensaios comprobatórios, que devem contemplar as seguintes exigências nos itens – luminárias de led:

- |    |                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A) | Inclusão e melhoria na descrição do item para fornecer informações mais abrangentes.                                                                                                                                                                            |
| B) | O edital deve exigir a apresentação de ensaios e laudos técnicos que comprovem o atendimento dos produtos às especificações da norma INMETRO (Portaria N° 62). Essa documentação garantirá a qualidade e conformidade das luminárias de LED.                    |
| C) | Solicitação de 1 (uma) amostra física: É importante exigir a apresentação de 1 (uma) amostra física de cada item, permitindo uma avaliação direta do produto. Isso proporcionará uma verificação mais precisa e das características e qualidade das luminárias. |

A *IMPUGNANTE* continua informando sobre a ausência de exigência de ensaios e laudos técnicos e de como “são vitais para balizarem os produtos e, principalmente, aferir e garantir a qualidade daqueles”, e que deve, estar “em estrito atendimento às normas vigentes e aos princípios basilares que norteiam a Administração Pública, exigir laudos técnicos e ensaios”, e entendem que somente serão aceitas luminárias de via pública com os ensaios e laudos técnicos informados:

1. LM-80 do LED;
2. TM-21 da luminária;
3. LM-79 da luminária;
4. Ensaio de THD – IEC 61000-3-2
5. Ensaio de proteção contra choque elétrico - ABNT NBR 60598-1:2010;
6. Ensaio de resistência de Isolamento e Rigidez Dielétrica – ABNT NBR 60598- 1:2010;
7. Ensaio de fiação Interna e Externa – ABNT NBR 60598-1:2010;
8. Ensaio de resistência à poeira, objetos e umidade - ABNT NBR 60598-1:2010;
9. Ensaio de resistência a vibração - ABNT NBR 60598-1:2010;
10. Ensaio de impactos Mecânicos – IEC 62262:2002;
11. Ensaio de Resistência do Vento – ABNT NBR 15129:2012;
12. Ensaio de UV (2016 horas de duração) – ASTM G154 - CICLO3.

E, em síntese, solicitam:

- a) Que seja recebida a presente impugnação, uma vez que apresentada de forma TEMPESTIVA conforme determina a Lei.
- b) Que seja retificado o Edital em todas as solicitações supracitadas, não somente com fundamentações jurídicas, mas também com todos os embasamentos técnicos a este respeito;
- c) Que seja não apenas a impugnação, mas também sua resposta publicada, conforme determina o princípio da publicidade dos atos administrativos;
- d) Que a presente impugnação seja julgada procedente, conforme as Legislações pertinentes à matéria

### **DO JULGAMENTO**

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, com vistas ao Setor de Serviços em Eletricidade, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à parte técnica, quem elaborou o Termo de referencia.

#### **\* DA RESPOSTA SETOR DE SERVIÇOS EM ELETRICIDADE**

O processo foi enviado a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, com vistas ao Setor de Serviços em Eletricidade para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo:

(...)

“Conforme apontado pela Prosper Comércio Atacadista Importação e Exportação de Equipamentos Eletrônicos e Iluminação LTDA:

#### **1. Alteração de prazo de entrega para 30 dias.**

Nada a opor quanto ao estender o prazo de entrega de 10 para 30 dias corridos.

#### **2. Aceitação de luminárias de via pública LED com lente de vidro temperado.**

O município de São José do Vale do Rio Preto iniciou a modernização do parque de iluminação pública no ano de 2021, substituindo as antigas luminárias com lâmpadas de descarga por luminárias LED. E, para se chegar na melhor especificação da tecnologia a ser usada, várias experiências foram realizadas anteriormente, levando em conta características como a durabilidade da transparência do refrator. O Edital prevê a lente secundária em vidro, pois as experiências citadas mostraram que as luminárias com refrator de vidro plano não apresentam

problemas de amarelamento do mesmo e ainda diminuem a exposição das lentes secundárias aos raios UV, provenientes da luz solar, refletidos pelo piso nas luminárias.

A portaria INMETRO 62/2022 define que as luminárias produzidas com material polímero de aplicação externa precisam passar por ensaios laboratoriais para comprovação de resistência por degradação UV, mas não define que todas as luminárias devam ser produzidas com este material. Por isso o Edital prevê que a lente secundária deva ser em vidro.

Algumas das vantagens do vidro incluem:

- Alta resistência térmica: O vidro é capaz de suportar altas temperaturas sem se deformar ou perder a transparência, tornando-o uma excelente opção.
- Alta resistência mecânica: O vidro é um material muito resistente a impactos e vibrações sem quebrar ou rachar.
- Resistência química: O vidro é resistente a muitos produtos químicos e não reage com a maioria dos produtos químicos comuns.
- Durabilidade: O vidro é um material durável e resistente ao desgaste, o que significa que as luminárias fabricadas com vidro podem ter uma vida útil mais longa do que as luminárias feitas com outros materiais.
- Facilidade de limpeza: O vidro é um material fácil de limpar e manter, tornando a manutenção das luminárias mais simples.

O que também é importante ressaltar é que o tipo de vidro utilizado em luminárias são especiais, atendendo as normas, testes e ensaios exigidos pelo INMETRO e muito mais resistentes que vidros comuns. O que certifica a vida útil da luminária anunciada pelo fabricante.

Pelo que foi exposto acima, opino por manter a especificação apresentada no Edital, que é a que melhor atende as necessidades e interesses públicos como também ao solicitado pela impugnante.

### **3. Inclusão no descritivo a exigência da norma técnica INMETRO e os ensaios comprobatórios.**

Na especificação das luminárias já é solicitado que todos os participantes somente apresentem produtos com certificações INMETRO 20/2017 (substituída pela INMETRO 62/2022) e Procel. A portaria INMETRO 62/2022 exige:

#### **Exigências Pré-Mercado**

Art. 7º As luminárias para a iluminação pública viária fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidas, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Luminárias para a Iluminação Pública Viária estão fixados no Anexo II desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Todas as luminárias comercializadas devem ser avaliadas quanto a conformidade, segundo as normas definidas na portaria INMETRO 62/2022. E, após passarem pela avaliação, obrigatoriamente devem ser registradas no INMETRO, para assim, serem autorizadas a usarem o Selo de Identificação da Conformidade, segundo modelo apresentado na referida portaria:

Art. 8º Após a certificação, as luminárias para a iluminação pública viária fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registradas no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para luminárias para a iluminação pública viária, encontra-se no Anexo III desta Portaria.

ANEXO DA PORTARIA INMETRO N° 62/2022



1. O Selo de Identificação da Conformidade, na forma da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, deve ter o formato e as dimensões descritos na Figura 1, conforme arquivo editável disponibilizado pelo Inmetro por meio do canal [selos.dconf@inmetro.gov.br](mailto:selos.dconf@inmetro.gov.br).

ANEXO DA PORTARIA INMETRO N° 62/2022

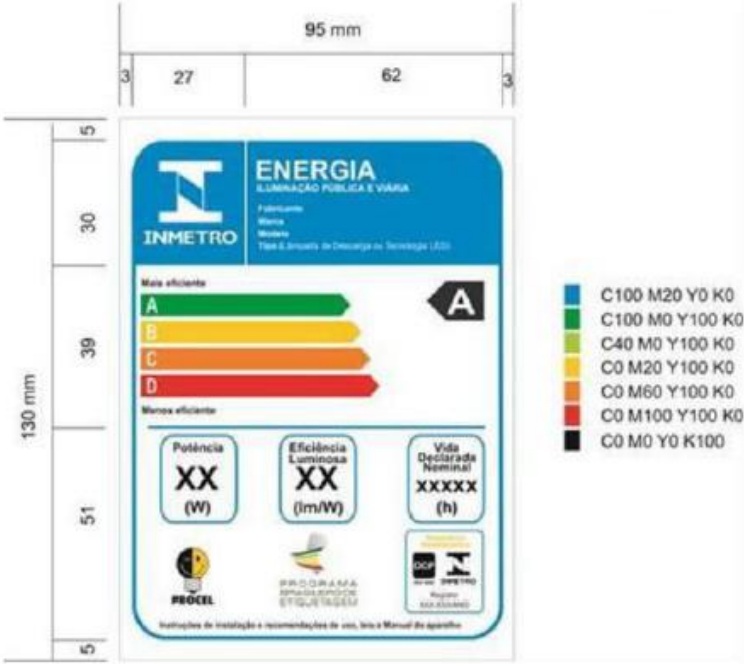


Figura 1 – ENCE para Luminária para Iluminação Pública Viária – Lâmpadas de Descarga e Tecnologia LED

Portanto, a solicitação da impugnante quanto a exigir que só sejam aceitas luminárias com seus respectivos ensaios e laudos técnicos é redundante, pois esse controle e fiscalização fica por conta do INMETRO, conforme diz a portaria INMETRO 62/2022”:

#### **Vigilância de Mercado**

Art. 10. As luminárias para a iluminação pública viária, objetos deste Regulamento, estão sujeitas, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 11. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 12. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

#### **\* DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

O processo foi enviado a Procuradoria Geral do Município para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo:

(...)

“Considerando a manifestação do Chefe da Divisão de Serviços de Eletricidade no evento #3, opino pelo acolhimento da impugnação em relação ao primeiro ponto, alterando o prazo de entrega para 30 (trinta) dias.

Em relação aos demais (itens 2 e 3), por se tratar de questões técnicas e por não se verificar impedimentos legais, entendo que não deve ser acolhida a impugnação referente a estes, mantendo as especificações constantes do edital.

Assim, opino pelo parcial deferimento para acolher o pedido do item 1 e alterar o prazo de entrega para 30 (trinta) dias e indeferir os pedidos referentes aos itens 2 e 3.

À Divisão de Licitação para prosseguimento”.

Diante do exposto acima esta Pregoeira/Agente de Contratação:

**Quanto ao item 1, DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO.** A referida impugnação foi interposta dentro do prazo legal, portanto, tempestiva.

**Quanto ao item 2, DO DIREITO,** a impugnante baseia-se no artigo 37 da Constituição Federal, juntamente com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, acerca dos princípios que norteiam o procedimento licitatório.

**Quanto ao item 3, subitem 3.1,** da alteração de prazo de entrega para 30 (trinta) dias, nos itens de luminárias de via pública de led, bem como, entendimento do Setor de Serviços em Eletricidade em nada a opor e estende o prazo de entrega de 10 para 30 dias corridos;

**Quanto ao item 3, subitem 3.2,** da alteração do edital para aceitação de luminárias de via pública com lente em vidro plano temperado, informo que, além de todas as explicações fornecidas pelo Setor Técnico, pesquisou, via internet, assuntos referentes a luminárias de led de refletor de vidro ou policarbonato, encontrando várias opiniões sobre o assunto, conforme:

De acordo com o site da Tramontina “as opções para o difusor podem ser encontradas tanto em policarbonato quanto em vidro. O difusor de policarbonato é menos propenso a quebrar

e mais durável em ambientes sujeitos a vibrações. O de vidro, por outro lado, oferece uma distribuição de luz mais nítida e clara pelo material mais transparente, ideal para áreas em que a prioridade é a clareza e a estética”. <https://global.tramontina.com/blog/design/como-escolher-refletores-de-led-para-instalacoes-externas>

No site <https://www.google.com>, foram realizados alguns questionamentos, conforme informado abaixo:

- Qual a melhor lente vidro ou policarbonato?

As lentes de vidro podem oferecer maior clareza óptica e resistência a riscos, mas são mais pesadas e podem partir-se mais facilmente. Por outro lado, as lentes de policarbonato são mais leves e mais resistentes ao impacto, mas podem ser mais facilmente riscadas e podem apresentar distorção óptica em alguns casos.

- O que sai mais barato vidro ou policarbonato?

Como foi dito, o vidro é mais pesado que o policarbonato. Sendo assim, em comparação, o projeto que utiliza esse elemento acaba saindo mais caro, mais caro devido a estrutura. Além disso, o vidro em si já tem um preço mais elevado que o policarbonato.

- Qual a desvantagem da lente de policarbonato?

Como o acrílico, o policarbonato tem algumas desvantagens. Normalmente não é um material brilhante. Embora resista a rachaduras e lascas, amassa e arranha facilmente. Tem boa claridade, mas não é resistente aos raios UV e, sem tratamento, amarelará com o tempo.

Link para pesquisa:

<https://www.google.com/search?q=qual+a+melhor+op%C3%A7%C3%A3o+para+Lumin%C3%A1ria+led+para+ilumina%C3%A7%C3%A3o+p%C3%BAblica+vi%C3%A1ria%2C+vidro+ou+policarbonato&oq=qual+a+melhor+op%C3%A7%C3%A3o+para+Lumin%C3%A1ria+led+para+ilumina%C3%A7%C3%A3o+p%C3%BAblica+vi%C3%A1ria%2C+vidro+ou+policarbonato&aqs=chrome..69i57.4714j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

Pesquisou, também, a comercialização de “Luminária led para iluminação pública viária de vidro” e “Luminária led para iluminação pública viária de policarbonato”, encontrando várias empresas para venda dos dois tipos de luminárias e não encontrando dificuldade para cotação dos dois tipos de luminárias.

As luminárias, pertinentes a este Pregão, foram cotadas normalmente pela Divisão de Compras, tanto com fornecedores, quanto pela internet.

**Quanto ao item 3, subitem 3.3**, solicitação da alteração no edital para incluir no descritivo a exigência da norma técnica inmetro e os ensaios comprobatórios, que devem contemplar as seguintes exigências nos itens – luminárias de led. Solicita, também, que as luminárias de led devem contemplar as exigências já mencionadas acima. O Setor técnico informa que as luminárias são solicitadas que todos os participantes somente apresentem produtos com certificações INMETRO e Procel. E que após passarem pela avaliação, são autorizadas a usarem o selo de identificação da conformidade, sendo redundante a apresentação dos mesmos.

Com isso:

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 021/2024, apresentado pela empresa **PROSPER COMERCIO ATACADISTA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E ILUMINACAO LTDA**, por meio do processo nº 08739/2024, o qual a empresa impugna o prazo de entrega, às especificações das *luminárias led* e solicita a inclusão de normas e ensaio;

Considerando o entendimento do Setor de Serviços em eletricidade, Setor Técnico pertinente ao objeto, em estender o prazo de entrega de 10 para 30 dias;

Considerando o entendimento do Setor de Serviços em eletricidade, Setor Técnico pertinente ao objeto entretanto, em manter as especificações apresentadas no Edital, pertinente as luminárias de via pública de LED com lente de vidro temperado, que é a que melhor atende as necessidades e interesses públicos;

Considerando o entendimento do Setor de Serviços em eletricidade, Setor Técnico pertinente ao objeto, de que a inclusão de ensaios e laudos técnicos no edital é redundante, pois esse controle e fiscalização fica por conta portaria INMETRO 62/2022 e todos os participantes deverão apresentar os produtos com as certificações previstas em lei;

Considerando o entendimento da Procuradoria Geral do Município que opina pelo parcial deferimento para acolher o pedido do item 1 e alterar o prazo de entrega para 30 (trinta) dias e indeferir os pedidos referentes aos itens 2 e 3;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação, salvo melhor juízo, entende que o que a empresa deseja ao impugnar o Pregão é a troca do tipo de luminária a ser fornecida, bem como, a inclusão de ensaios e normas desnecessárias e não a dificuldade em cotar tal item, indo contra o que essa Administração deseja adquirir;

Considerando todo o informado na cota do Setor de Serviços de Eletricidade, referente aos itens 1 – alteração de prazo de entrega para 30 dias, 2 - Aceitação de luminárias de via pública LED com lente de vidro temperado e 3 - Inclusão no descritivo a exigência da norma técnica INMETRO e os ensaios comprobatórios, mantendo as especificações apresentada no Edital, que é a que melhor atende as necessidades e interesses públicos e alterando somente o prazo de entrega.

Considerando que o informado na cota do Setor de Serviços de Eletricidade foi de forma explicativa, inclusive contendo resoluções, ABNTS, Portarias INMETRO e tabelas, fazendo constar as fundamentações;

Esta Pregoeira/Agente de Contratação opina pelo parcial deferimento para acolher o pedido do item 1 e indeferir os pedidos referentes aos itens 2 e 3, pertinente a impugnação interposta, tendo como parâmetro de julgamento o informado pelo Setor de Serviços de Eletricidade e pela

Procuradoria Geral do Município, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

### **DA DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento do Setor de Serviços em Eletricidade, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opino pelo deferimento parcial, acatando o pedido do item 1 para alterar o prazo de entrega para 30 (trinta) dias e indeferir os pedidos referentes aos itens 2 e 3, feito pela empresa **PROSPER COMERCIO ATACADISTA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E ILUMINACAO LTDA**, razão pela que o Termo de Referência e Edital deverão ser alterados para o item 1 e mantidos nos itens 2 e 3, do Pregão nº 021/2024. Informo que, após os tramites necessários, o certame será remarcado com nova data e horário, respeitando a lei 14.133/2021. Faço constar o envio do processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras e demais veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 27 de junho de 2024.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
***Pregoeira/Agente de Contratação***